

I ENCONTRO DE EDUCADORES SOCIAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PARANAÍBA/MS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Mariana Leal de Souza (SEMAS)¹
Lucinéia Silva de Freitas (SEMAS)²
Simone Silveira dos Santos (LBV)³

Resumo: A Assistência Social no Brasil é dever do Estado e direito de todo cidadão que dela necessitar, assegurada pela Constituição Federal de 1988. Dessa maneira é fundamental expor e problematizar como ocorre a materialização dos serviços ofertados e o trabalho dos profissionais que a executam. Este texto apresenta um relato de experiência de um grupo de trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS realizado com Educadores Sociais da rede socioassistencial da região do Bolsão Sul-matogrossense, que apresenta as demandas percebidas no I Encontro de Educadores Sociais da Assistência Social de Paranaíba-MS. A partir da observação promovemos uma discussão a respeito da identidade do Educador Social, os desafios para sua prática, bem como as necessidades formativas. Nesse sentido, utilizamos como subsídios teóricos: Paulo Freire (1981, 1994, 1997); Valéria Aroeira Garcia (2010); Moacir Gadotti (2008); Roberto da Silva (1991); José Carlos Libâneo (2001), entre outros. Trata-se de pesquisa qualitativa, com a obtenção dos dados para elaboração deste relato, por meio de observação, registros fotográficos, anotações em diário de bordo e avaliação. Partindo das informações coletadas no evento, foi possível verificar que os profissionais que atuam como educador social está frente a um grande desafio para desempenhar sua práxis no que concerne a necessidade de formação e aperfeiçoamento, tornando-se assim fundamental maiores investimentos nesta área.

Palavras-Chave: Educador Social; Formação Continuada; Prática.

Introdução

Na configuração do Sistema Único de Assistência Social encontra-se o trabalho do educador social, sendo fundamental refletir sobre quem é este profissional, tanto do ponto de vista teórico, quanto do prático. Considerando que na sociedade brasileira esses educadores trabalham em espaços socioassistenciais, desenvolvendo projetos que abordam os mais diversos temas e contextos sociais, na busca do enfrentamento à desigualdade, à exclusão, as mais diversas situações de risco social.

¹ Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Atua como Diretora de Departamento da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) de Paranaíba/MS.

² Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS). Atua como Coordenadora do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos “Wanderlan Alves Freitas Filho” da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) de Paranaíba/MS.

³ Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS). Atua Coordenadora na Legião da Boa Vontade (LBV) de Paranaíba/MS.

O propósito deste texto é relatar a experiência das autoras na organização do I Encontro de Educadores Sociais de Assistência Social de Paranaíba/MS, com a finalidade de atender a demanda dos educadores da rede socioassistencial do município, percebida nas reuniões do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes –CMDCA, estendida aos municípios vizinhos pela mesma necessidade, desta maneira o encontro teve o objetivo de ofertar formação continuada para educadores sociais da região do Bolsão Sul-Matogrossense.

Logo, as questões norteadoras deste artigo são a identidade profissional do Educador Social, os desafios para sua prática, bem como as necessidades formativas, problematizadas a partir das reflexões e trocas de experiências entre os profissionais realizadas no decorrer do encontro.

1 O Educador Social

Lutar contra as formas de opressão e exclusão geradas pelo sistema é o que marca a atuação de sujeitos que receberam diversas nomenclaturas nos processos educativos sociais que permearam os atendimentos à crianças, adolescentes, idosos, pessoa com deficiência, mulheres em situação de violência, entre outros, no passar dos anos. Recentemente passam a se autodeterminar como Educadores Sociais, mesmo que ainda não sejam reconhecidos como profissionais que, por meio de sua prática, acumulam saberes significativos em relação ao seu trabalho.

O contexto da ação do educador social é marcado por um contexto de embates ideológicos de diversos segmentos da sociedade. As mudanças ocorridas nas últimas décadas, no âmbito econômico, político, cultural e social trouxeram diversas consequências para a profissionalização docente e, uma delas, é a sua inserção na Educação Social.

O Brasil, como muitos outros, é um país regido pelo capitalismo, além de gerar lucro, também gera desigualdades sociais. Com o processo de globalização a soberania do Estado é deixada de lado, completamente ignorada, as fronteiras nacionais são desrespeitadas, as empresas e as mídias passam a operar livremente em nível mundial (conforme seu poder econômico), o capital passa a circular livremente, sem barreiras. A busca desenfreada por lucros e expansão afasta o princípio ético, passando a prevalecer a lei do mais forte.

A desigualdade social é aquela em que uma pequena parcela da população detém as propriedades privadas e os meios de produção, deixando para o restante, ou seja, a classe trabalhadora, as migalhas, o trabalho, a venda da sua mais-valia.

O forte abismo social entre desenvolvimento econômico e tecnológico versus distribuição de riquezas e renda, deixado pelo capitalismo provoca uma discrepância de desenvolvimento educacional também. Ao passo que as crianças e os adolescentes nascidos em lares abastados terão maiores e melhores condições de acesso e permanência no sistema educacional, por vezes (e na maioria) privado. Para os filhos e filhas de trabalhadores, aqueles a margem do progresso, aqueles que muitas vezes são obrigados a se lançarem no mercado de trabalho (formal e informal) para auxiliar na complementação da renda familiar, sendo muitas vezes excluídos da escola, acabam gerando uma multidão de excluídos e marginalizados.

É nesse contexto que a Educação Social vinculada a projetos sociais começou a emergir, uma vez que os projetos educacionais Estatais não atendiam nas demandas e necessidades dessa camada da população.

João Clemente de Souza Neto em seu artigo intitulado “Pedagogia Social: a formação do educador social e seu campo de atuação” que faz uma forte discussão sobre o papel do educador na educação social afirma que a escolha desta terminologia não exclui as demais utilizadas por outros segmentos.

As expressões educação não formal, ambiental, sanitária, da mulher, para o trânsito e a cidadania, religiosa, de pessoas em situação de vulnerabilidade, privadas da liberdade e outras preferimos usar a terminologia da educação social. Não a assumimos como panaceia ou como a única voltada para a emancipação. Com as demais formas de educação, também ela pode ser alienante, burocrática, classista, uniformizadora. (SOUZA NETO, 2010, p. 31)

A Educação Social tem o seu trabalho ligado à realidade da exclusão e marginalização.

A Educação Social ocorre em contextos sociais diferenciados e está estreitamente vinculada à realidade de exclusão, marginalização e conflito social, desvio e abandono. Procura oferecer respostas positivas a milhares de pessoas vítimas de processos de injustiça social, especialmente de violação de direitos. De uma forma ou de outra, ela rejeita algumas práticas da escola que buscam explicar a conduta dessa população pela ótica de um déficit de socialização primária e mesmo secundária, como se o processo de socialização ocorresse num único momento da vida e não ao longo da existência humana. (SOUZA NETO, 2010, p. 32)

An. Sciencult	Paranaíba	V.6	n.1	p. 167-180	2015
---------------	-----------	-----	-----	------------	------

Neste sentido, a Educação Social terá seu papel voltado para a politização dos sujeitos, ajudando-os a compreender a realidade social em que estão inseridos, pois somente desta forma será possível uma intervenção sobre essa realidade. Não qualquer intervenção, mas aquela que compreende a conjuntura que engendra todo esse processo de exclusão e marginalização. Uma intervenção que capacita e instrumentaliza o sujeito de forma emancipatória, uma educação problematizadora, como diria nosso querido educador Paulo Freire.

Com vistas a formação integral do sujeito, perceber e questionar/refletir a atuação do educador social assume uma importância crucial. O profissional que se dispõe a desenvolver o papel de educador social precisa ter uma gama de conhecimentos e saberes que o qualifique e prepare para tal tarefa.

Tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei Nº 5346/2009 que dispõe sobre a criação do educador social, instituindo a profissão e estabelecendo seu campo de atuação. No artigo 2º podemos verificar que se propõe como campo de atuação as seguintes áreas:

- I – as pessoas e comunidades em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, violência e exploração física e psicológica;
- II – a preservação cultural e promoção de povos e comunidades remanescentes e tradicionais;
- III – os segmentos sociais prejudicados pela exclusão social: mulheres, crianças, adolescentes, negros, indígenas e homossexuais;
- IV – a realização de atividades sócio educativas, em regime fechado, semiliberdade e meio aberto, para adolescentes e jovens envolvidos em atos infracionais;
- V – a realização de programas e projetos educativos destinados a população carcerária;
- VI - as pessoas portadoras de necessidades especiais;
- VII - o enfrentamento à dependência de drogas;
- VIII – as atividades sócio educativas para terceira idade;
- IX - a promoção da educação ambiental;
- X – a promoção da cidadania;
- XI - a promoção da arte-educação;
- XII – a difusão das manifestações folclóricas e populares da cultura brasileira;
- XIII – os centros e/ou conselhos tutelares, pastorais, comunitários e de direitos;
- XIV – as entidades recreativas, de esporte e lazer. (BRASIL, 2009)

Desta forma, é possível verificar que a ação educativa do educador social vem numa proposta de levar o sujeito ao seu desenvolvimento integral, visando a promoção e o exercício da cidadania plena.

Neto (2010) complementa que é função da Educação Social não apenas preparar os indivíduos para conhecer e interpretar os fatos, mas também aprender a ser e viver em

sociedade. Aprendendo, principalmente, a conviver, a coexistir com outras culturas.

2 Desafios da prática profissional do educador social

Um dos maiores desafios relatados no encontro é de diferenciar a prática do educador social com a do professor, para as crianças, adolescentes e seus responsáveis e até mesmo entre os próprios profissionais atuantes. Por falta de formação que especifique e norteie sua ação o educador se vê carente de subsídios teóricos que sustentem e embasem sua prática, num diálogo permanente entre teoria e prática.

A prática educativa no campo social não possui uma terminologia única que define com clareza o campo de atuação. Diversos segmentos adotam vários nomes, tais como: educação para a vida; educação permanente; educação não formal; educação cidadã; educação social; entre outros.

Libâneo (2002, p. 88-89) traz considerações relevantes acerca de conceitos sobre educação formal e educação não formal:

Educação formal seria, pois, aquela estruturada, organizada, planejada intencionalmente, sistemática. Nesse sentido, a educação escolar convencional é tipicamente forma. Mais isso não significa dizer que não ocorra educação formal em outros tipos de educação intencional (vamos chama-las de não convencionais). Entende-se, assim, que onde haja ensino (escolar ou não) há educação formal. Nesse caso, são atividades educativas formais também a educação de adultos, a educação sindical, a educação profissional, desde que nelas estejam presentes a intencionalidade, a sistematicidade e condições previamente preparadas, atributos que caracterizam um trabalho pedagógico didático, ainda que realizadas fora do marco do escolar, propriamente dito. A educação não formal, por sua vez, são aquelas atividades com caráter de intencionalidade, porém com baixo grau de estruturação e sistematização, implicando certamente relações pedagógicas, mas não formalizadas.

Nesse contexto, percebemos que para Libâneo (2002) a educação formal ocorre tanto nos espaços escolares como também fora da escola, mas com objetivos e atividades sistematizadas e intencionais e no caso da educação não formal possui especificidades não escolar, porém, possuem objetivos e intencionalidade relacionados às experiências vivenciadas e necessidades que emergem no cotidiano embasando as práticas do educador.

Na concepção de Gohn, a educação não formal articula-se no campo da educação cidadã, que é marcada pela democratização do conhecimento e do acesso à escola, voltando-

se para a formação de cidadãos livres e emancipados, conscientes de seus direitos e deveres uns para com os outros.

É um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais. (GOHN, 2010, p.33)

O ser humano é um ser social que se constitui a partir das relações que estabelece, nesse sentido, a educação não formal assume um papel importante nesse processo, visto que seu foco é a formação para a cidadania e emancipação dos indivíduos por meio da socialização, da troca de experiências de sujeitos de diversos contextos sociais.

Sendo assim, as práticas educativas não formais são complementares as práticas escolares, ou seja, não visa concorrer com esta, mas sim, desenvolver práticas que favoreçam o desenvolvimento crítico e participativo do cidadão na sociedade. As ações são desenvolvidas por sujeitos, grupos ou organizações que compreendem a necessidade de trabalhar os saberes que estão além dos bancos escolares, que visam atender as demandas de seus bairros ou comunidades.

A ação educativa no campo da assistência social é conhecida como ação socioeducativa. Nos Parâmetros das Ações Socioeducativas (2007, p. 09) elaboradas pelo governo do Estado de São Paulo encontramos a seguinte definição para este termo:

O termo socioeducativa é tomado como qualificador da ação, designando um campo de aprendizagem voltado para o desenvolvimento de capacidades substantivas e valores éticos, estéticos e políticos a fim de promover o acesso e processamento de informações, a convivência em grupo e a participação na vida pública. Têm como característica primordial o exercício da convivência social. Atentas à formação integral do cidadão de qualquer idade, associam conhecimento acadêmico, reconhecimento das tradições e inclusão social, com ênfase indiscutível na convivência.

O trabalho socioeducativo tem como base os eixos estruturantes que visam contribuir para a construção de uma proposta que contemplem as demandas e peculiaridades do público atendido. São três eixos, sendo eles: convivência social; direito de ser e participação.

O eixo da convivência social é o mais importante visto que a base do trabalho social é a socialização dos indivíduos, é a inclusão daqueles que se encontram marginalizados, é a

ativação daqueles que se encontram isolados, esquecidos.

As ações e atividades inspiradas nesse eixo devem estimular o convívio social e familiar, aspectos relacionados ao sentimento de pertença, à formação da identidade, à construção de processos de sociabilidade, aos laços sociais, às relações de cidadania, etc. São sete os subeixos relacionados ao eixo convivência social, denominados capacidades sociais: capacidade de demonstrar emoção e ter autocontrole; capacidade de demonstrar cortesia; capacidade de comunicar-se; capacidade de desenvolver novas relações sociais; capacidade de encontrar soluções para os conflitos do grupo; capacidade de realizar tarefas em grupo; capacidade de promover e participar da convivência social em família, grupos e território. (MDS).

O segundo eixo é o direito de ser. Este eixo leva em consideração as necessidades, demandas e interesses do sujeito. Leva em consideração o seu protagonismo, potencializando toda sua pluralidade. Tem como subeixos: direito a aprender e experimentar; direito de brincar; direito de ser protagonista; direito de adolecer; direito de ter direitos e deveres; direito de pertencer; direito de ser diverso; direito à comunicação. (MDS)

O terceiro e último eixo é a participação que significa justamente o sentido literal da palavra. É promover a participação dos sujeitos tanto no serviço em que está inserido, quanto no território, ou seja, na sua comunidade, bem como a participação plena como cidadão.

Os três eixos estão inter-relacionados e se complementam, vislumbram o empoderamento das pessoas como sujeitos de direitos, bem como seu engajamento como cidadão, politizando-o.

As implicações que isto trás para o trabalho do educador são enormes visto que este precisa compreender a conjuntura social, cultural, política e econômica da sociedade para conseguir elaborar uma proposta de trabalho que venha de encontro com as necessidades apresentadas pelos indivíduos, mas que também potencializem sua ação, que o torne de fato protagonista da sua história. Levando-o da consciência ingênua para a consciência crítica, como diria Paulo Freire (1996).

Verificou-se grande dificuldade dos educadores sociais na elaboração dos planejamentos a partir dos temas dos projetos, previamente definidos por meio dos diagnósticos sociais das equipes de profissionais da assistência social, de acordo com as demandas do território problematizadas por toda a equipe do serviço.

No pensamento de Padilha (2001, p. 45), planejamento é:

[...] atividade intrínseca à educação por suas características básicas de evitar o improviso, prever o futuro, de estabelecer caminhos que podem nortear mais apropriadamente a execução da ação educativa, especialmente quando garantida a socialização do ato de planejar, que deve prever o acompanhamento e a avaliação da própria ação.

Dessa maneira, o planejamento é um processo de racionalização, organização e coordenação da ação, articulando a atividade e a problemática do contexto social, exigindo do educador social um posicionamento crítico frente às situações de vulnerabilidade e propositivo a fim de criar possibilidades para emancipação.

Para Luckesi (2001, p.108):

O planejamento não será nem exclusivamente um ato político-filosófico, nem exclusivamente um ato técnico; será sim um ato ao mesmo tempo político-social, científico e técnico: político-social, na medida em que está comprometido com as finalidades sociais e políticas; científicas na medida em que não pode planejar sem um conhecimento da realidade; técnico, na medida em que o planejamento exige uma definição de meios eficientes para se obter resultados

É fundamental saber que a ação de planejar não deve priorizar somente o as questões técnicas, pois há a necessidade de ter um olhar sobre as questões político-sociais em uma relação dialética. Nesse sentido, é relevante pensar o ato de planejar como uma ação que exige um posicionamento crítico que almeja por meio da prática propiciar a possibilidade de transformação da sociedade.

Conforme Vasconcellos (1999, p. 35):

Planejar é antecipar mentalmente uma ação a ser realizada e agir de acordo com o previsto; é buscar fazer algo incrível, essencialmente humano: o real ser comandado pelo ideal. De que pressuposto – normalmente implícito – parte-se quando se planeja? - Planejar ajuda a concretizar aquilo que se almeja (relação Teoria-Prática); - Aquele algo que planejamos é possível acontecer; podemos, em certa medida, interferir na realidade. Ressignificar o planejamento para o sujeito implica resgatar sua necessidade e possibilidade, em dois níveis: um mais geral e outro específico da atividade de planejar.

No que diz respeito ao trabalho do educador social é importante ressaltar que o profissional deve optar por uma prática de planejamento participativo, envolvendo todos envolvidos na materialização desse planejamento.

Para melhor compreensão do que é planejamento participativo Gandin (1994, p. 29), explica:

An. Sciencult	Paranaíba	V.6	n.1	p. 167-180	2015
---------------	-----------	-----	-----	------------	------

[...] o planejamento participativo, enquanto instrumento e metodologia, isto é, enquanto processo técnico abre espaços especiais para a questão política. As questões da qualidade, da missão e, obviamente, da participação são especialmente valorizadas. Mais do que isto, assumem um caráter de proposta de futuro para a instituição que se planeja, onde estão contidos um ideal do campo de ação, da instituição. No que ele tem de modelo, além da metodologia participativa, este esquema alcançou integrar, na prática, o operacional e o estratégico, organizando-os num todo que se constitui no que Paulo Freire chama de processo da ação-reflexão

Nessa perspectiva, desejamos que o educador social “[...] tenha um trabalho menos alienado e alienante, que possa repensar sua prática, refletir sobre ela, ressignificá-la e buscar novas alternativas. Para isto entendemos que o planejamento é um excelente caminho”. (VASCONCELLOS, 1999, p. 14). Assim, a compreensão da realidade pode enriquecer a consciência quando esta é tomada na sua totalidade, como concreto. O mundo é uma realidade objetiva, independente do homem, mas possível de ser conhecida por ele. Mas esta realidade não se apresenta ao homem como ela é na sua essência. Sendo necessária a apreensão dela por meio de uma investigação criteriosa, pela qual o homem analisa as mediações existentes entre o particular e o universal. Quanto mais enriquecido de mediações, maior e mais profundo é o conhecimento que se tem da realidade.

Não existe qualidade no ensino-aprendizagem quando o educador, para ensinar, precisa renunciar a si mesmo, se alienar, renunciar aos seus ideais, seus sonhos para realizar os sonhos do mercado capitalista. A educação não pode subordinar-se às exigências do mercado e do capital (Mészáros, 2007).

Roberto da Silva, professor da Faculdade de Educação da USP e consultor do Instituto Paulo Freire, tem sido um dos grandes promotores do debate atual em torno da pedagogia social no Brasil. Ele sustenta que a educação é um fato fundamentalmente social e a pedagogia seria a teoria da prática social e que “as transformações educacionais são sempre o resultado de um sistema de transformações sociais em termos das quais devem ser explicitadas. Para um povo sentir, num dado momento, a necessidade de mudar o seu sistema educacional, é necessário que novas ideais e necessidades tenham emergido e para as quais o velho sistema já não está adequado” (In: SILVA, Roberto da e outros, orgs, 1991, p. 167).

3 A relevância da formação continuada do educador social

A formação em todos os aspectos do educador social é de extrema necessidade, devido

An. Sciencult	Paranaíba	V.6	n.1	p. 167-180	2015
---------------	-----------	-----	-----	------------	------

ao trabalho se caracterizar pela intencionalidade de ensinar, prática desenvolvida por profissionais formados ou *não* (professores, monitores, educadores, tutores, etc). Assim, vale ressaltar que conforme já mencionado neste texto a profissão educador social não está ainda totalmente regulamentada, o que dificulta a compreensão do trabalho e da identidade enquanto categoria profissional.

A dificuldade da profissão de educador social perpassa por diversos itens, como a questão da exigência de uma formação mínima, as quais indagamos, se seria de nível superior ou médio? E ainda qual seria essa formação? Pedagogia, Serviço Social, Direito, Sociologia, Ciências sociais, ou todas?

Nesse emaranhado de questionamentos torna-se fundamental mencionar espaços de atuação e a formação dos educadores sociais que participaram do I Encontro de Educadores Sociais de Assistência Social de Paranaíba/MS, sendo estes em sua maioria profissionais de nível médio e nível superior com formação em Pedagogia, Normal Superior, Letras, Educação Física e licenciaturas afins, atuando na rede socioassistencial dos municípios da região do Bolsão Sul-Matogrossense.

Percebe-se por meio dos relatos dos profissionais a necessidade de formação continuada com relação ao espaço socioassistencial e as especificidades de seu público, entender onde se trabalha e para quem se trabalha é de fundamental importância para garantir a qualidade e os resultados dos serviços, a população atendida pela Assistência Social, a qual sobre a todos tipos de mazelas nesta sociedade capitalista.

Na era da informação, a educação e a assistência social são as políticas sociais mais requisitadas para satisfazer as necessidades dos indivíduos excluídos. Elas constituem a expressão de uma reserva da solidariedade em prol da construção do sujeito ético. Pelo fato de promoverem a inclusão do indivíduo no processo produtivo, tornam-se indispensáveis à ascensão social e profissional. Como um direito cuja implementação restauraria a dignidade humana e social, nenhum direcionamento político ou governamental pode ignorá-las. Evidentemente, desde que superem sua feição de bondade aparente e as relações de favoritismo, coronelismo e apadrinhamentos que as acompanham. (NETO, 2010, p. 46)

O autor acima ressalta a importância que ambas as áreas (educação e assistência social) exercem, pois tem o poder de libertar ou aprisionar o sujeito. Enquanto prática de liberdade podem empoderar os indivíduos e suas famílias para romper com os ciclos viciosos de marginalização e exclusão social. Contudo, enquanto prática de alienação, tem um poder doutrinator, de domesticar e manter os sujeitos conformados e derrotistas quanto ao *status*

quo vigente.

A assistência social atende por meio dos serviços realizados pelos educadores Sociais aos Idosos, Crianças, Adolescentes, Moradores de Rua, Gestantes, Mulheres Vítimas de violência, Pessoas com Deficiência, Pessoas vítimas de discriminação de gênero, racial e religiosa, para tanto, a prática educativa adotada pela educação social é a cultura pelos direitos humanos.

A cultura dos direitos humanos se implanta com os objetivos de erradicar práticas discriminatórias, de gênero, raças, religiões, etnias, nacionalidade e idade; dirimir ameaças de ordem física, moral e psicológica contra pessoa humana; reduzir a desigualdade social, criar a possibilidade comum de se usufruir um padrão de bem-estar social e propiciar a cada pessoa o desenvolvimento de suas potencialidades; garantir a liberdade de expressão e de trabalho, sem exploração. (NETO, 2010, p. 39-40)

Com o intuito de garantir e assegurar os direitos dos sujeitos aos quais os serviços são ofertados, os educadores sociais tem a função de desenvolver atividades socioeducativas e de convivência e socialização visando à atenção, defesa e garantia de direitos e proteção aos indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade e, ou, risco social e pessoal, que contribuam com o fortalecimento da função protetiva da família.

Devemos ter clareza de que a educação não paira sobre as coisas, mas está intimamente ligada, envolvida e estranhada nas contradições históricas e por ela tocada. Sendo assim, a tarefa da ação educativa do educador social é contribuir para a transformação social ampla e libertadora. Se a educação por si só não emancipa ninguém, sem ela é impossível concluir essa tarefa. O educador é educado pela sociedade. (MESZÁROS, 2007)

Pensar em formação significa pensar na politização do educador social. Paulo Freire (1996) escreve que a educação é uma forma de intervenção no mundo. Entretanto, o educador precisa ter capacidade técnica e relacional para cumprir com essa tarefa. Torna-se necessário uma formação que vislumbre o que Gadotti (2015, p. 26) intitula como capacidade de “desfetichização”.

Conscientizar, desalienar, desfetichizar. O fetichismo transforma as relações humanas em fenômeno estáticos, como se fossem impossíveis de serem modificados. Fetichizados, somos incapazes de agir porque o fetiche rompe com a capacidade de fazer. Fetichizados apenas repetimos o já feito, o já dito, o que já existe. Devemos continuar educando para outros mundos possíveis que é educar para a emergência do que ainda não é, o ainda não, a utopia.

Desfetichizar significa romper a barreira da ignorância, da ingenuidade fatalista doutrinada pelo sistema neoliberal de pensamento. “É no contexto das desigualdades socioeconômica e cultural brasileira que o educador deve construir um conhecimento que sirva como um dos braços de saída das mazelas geradas pela posse e retenção injusta de bens, produtos e equipamentos.” (NETO, 2010, p. 48)

Qualquer conhecimento desvinculado das necessidades humanas está fadado ao fracasso, está engessado, levando seu portador à execução de ações equivocadas e fragmentadas. Desta forma, a experiência prática do educador social é um campo riquíssimo de conhecimento que, pode e deve ser usado como base dialética para a discussão e objeto das convicções teóricas.

Algumas Considerações

A educação, cada vez mais, vem se tornando uma ferramenta de adequação, participação e ascensão dos indivíduos na sociedade que está o tempo todo passando por profundas transformações.

A globalização, as constantes transformações vivenciadas na era da informação, bem como as crises econômicas, trouxeram o trato a questão social para o primeiro plano, visto as consequências geradas pelo processo de exclusão social. Neste sentido, a educação também tornou-se parâmetro para o crescimento ou redução das desigualdades sociais. (GOHN, 2011)

Neste cenário, a ação educativa promovida pelo educador social enfrenta um grande desafio no que diz respeito à identidade, constituição do campo de atuação (e fortalecimento), bem como da formação, o preparo técnico e crítico-reflexivo.

A partir das demandas percebidas no I Encontro de Educadores Sociais podemos pontuar que existe uma forte necessidade de investimento em formação continuada que atenda o contingente de profissionais que enveredam para este caminho, a fim de que estes consigam cumprir com o papel que lhe é designado e ainda há necessidade de regulamentação da profissão educador social, para definir um perfil desse profissional em termos legais, e a partir dessa definição trabalhar as questões teóricas, metodológicas e práticas que abarcam as atividades inerentes aos educadores sociais. Dessa maneira, vale ratificar que a realidade nos espaços educativos sociais é inquietante, atualmente, os educadores sociais, precisa ser conhecedor de sua prática para conseguir resolver possíveis conflitos que poderão surgir no cotidiano.

O cotidiano do educador social esta permeado por situações conflituosas e contraditórias produzidas nas relações sociais e de produção da sociedade, se deparando com enfrentamentos em diversas áreas, não só questões relativas ao campo do ensinar, mas sim da formação de cidadãos, os preparando para a dinâmica do mundo real e suas desigualdades sociais.

O educador social tem a possibilidade de refletir com seu público questões, que muitos outros profissionais gostariam, mas não podem por conta de espaço metodológico em sua ação do dia-a-dia, o demonstra quanto este profissional pode oportunizar em termos de debates e discussões a cerca de assuntos importantes e polêmicos, até mesmo tabus, com seu público, contribuindo para que ocorram mudanças de comportamentos na sociedade.

Nesse contexto, podemos concluir que ainda há muito que ser estudado neste campo de atuação que vem se consolidando em nosso país, visto que é um setor em construção e se constitui num espaço de mercado de trabalho para os profissionais.

Referências

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental**. Petrópolis: Vozes, 1994.

GADOTTI, M. **Paulo Freire e a educação popular**. Disponível em: <http://formacaocontinuada.net.br/wp-content/uploads/2015/06/paulo-freire-por-moacir-gadotti.pdf> Acesso em: 26 de Outubro de 2015.

GARCIA, V. A. **A educação não formal como acontecimento**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação, Campinas SP, 2009. Disponível em: < <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000469595> > Acesso em: 07 de Setembro de 2013

GOHN, M. G. M. **Educação Não Formal e Cultura Política**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Educação Não Formal e o Educador Social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.

An. Sciencult	Paranaíba	V.6	n.1	p. 167-180	2015
---------------	-----------	-----	-----	------------	------

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos para quê?** São Paulo: Cortez, 2002.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar:** estudos e preposições. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MESZÁROS, I. **A educação para além do capital.** 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

MDS, **Perguntas e Respostas.** 2015. <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-social-basica/scfv-servicos-convivencia-fortalecimento-de-vinculos/scfv-organizacao> Acesso em: 26 de Outubro de 2015

SOUZA NETO, J. C. **Pedagogia Social:** a formação do educador social e seu campo de atuação. Cadernos de Pesquisa em Educação PPGÉ-UFES. V.16. n.32. p. 29-64. Jul/dez, 2010. Disponível em: periodicos.ufes.br/educacao/article/download/4404/3446 Acesso em: 20 de Outubro de 2015.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico:** como construir o projeto político pedagógico da escola. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

PARÂMETROS SOCIOEDUCATIVOS: proteção social para crianças, adolescentes e jovens : Igualdade como direito, diferença como riqueza : Caderno 1 : Síntese / CENPEC – São Paulo SMADS ; CENPEC ; Fundação Itaú Social, 2007.

SILVA, Roberto da, João Clemente de Souza Neto e Rogério Adolfo de Moura, orgs, **Pedagogia Social.** São Paulo: Expressão e Arte, 1991.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento:** Projeto de ensino aprendizagem e Projeto Político Pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 1999.